

Leon Braun

# O Brasil, agora e depois.



**Qual a saída para a crise social, política e econômica que vive o País?**  
**O Jornal da Tarde reuniu cientistas políticos para um debate que começa a ser publicado hoje.**

O País vive, hoje, sua mais dramática crise. No plano social, em meio a bolsões de riqueza, há cerca de 30 a 35 milhões de pessoas na miséria absoluta. No plano econômico, a recessão tem ampliado o desemprego, a inflação vai corroendo o poder aquisitivo dos assalariados e a asfixia cambial vem desorganizando o parque industrial. No plano político, a sucessão parece caminhar para um impasse: embora a maioria esmagadora da sociedade brasileira se tenha manifestado a favor das diretas, realizando uma campanha inédita para denunciar o baixo grau de legitimidade do regime, nada garante que o próximo presidente seja eleito por uma fórmula capaz de atender às aspirações nacionais.

Evidentemente, é difícil quer avaliar as possibilidades de sucesso de uma solução negociada, quer saber ao certo qual a capacidade de sobrevivência de um regime sem eco junto à sociedade — e, o que é pior, podendo vir a ser governado por dirigentes repudiados em praticamente todos os segmentos sociais.

Para onde vamos? Em que medida as implicações sociais da crise econômica poderão afetar, para o bem ou para o mal, a continuidade da abertura? Até que ponto é possível dar prosseguimento à distensão num contexto econômico crescentemente desorganizado e desestruturado? Qual a capacidade de resposta dos grupos no poder às reivindicações sociais? Qual o sentido das transformações do sindicalismo urbano e rural? Estão os militares dispostos realmente a voltar aos quartéis? Quais as consequências possíveis de um impasse sucessório?

Essas são as principais indagações do momento, para as quais, no entanto, inexistem respostas objetivas. A crise brasileira é tão complexa, marcada por contrastes e paradoxos, que, hoje, se torna praticamente impossível elaborar-se uma análise completa das

Armadas. Há uma convicção generalizada de que esse modelo não tem, neste momento, nenhuma legitimidade, de que lhe falta até mesmo o apoio que antes possuía em grupos estratégicos das elites. Contudo, continuam muito grande as preocupações com a questão de unidade militar, com a hierarquia, com a autoridade e com a disciplina, temendo-se, é claro, que a politização possa atuar como um elemento de erosão dessa unidade.

Tornar viável um processo de transição não-traumático é uma questão vital para as Forças Armadas, pois se trata de evitar que a corporação militar venha a ser colocada diante de um dilema radical: de um lado, a necessidade de uma recomposição política, que as levasse outra vez ao controle direto do poder, e, de outro, a rendição incondicional, isto é, o fantasma argentino, o espantoso do julgamento.

Esta é a questão básica. Um "sólido poder" recriado na Presidência é uma condição para evitar esse dilema na medida em que esse poder prometeria não apenas um comando ou uma coordenação mais firme de processo de mudança política, mas, também, porque permitiria uma gestão mais eficiente no front econômico e administrativo, conduzindo o País para melhores conjunturas, e, assim, evitando as turbulências capazes de criar condições para o surgimento daquele dilema radical. Ou seja, uma gestão mais eficiente da administração federal, no sentido de torná-la mais eficaz, é também vista como necessária para se evitar turbulências sociais que indiretamente pudessem colocar as Forças Armadas diante daquele dilema.

Dadas essas premissas, creio que há uma forte disposição, nas Forças Armadas, nada favorável à ideia de eleições diretas. Acho que essa restrição se deve não apenas a certas candidaturas, como a de Brizola, mas, sobretudo, ao processo. Afinal, para as Forças Armadas uma campanha presidencial na base de eleições diretas é sempre uma oportunidade para a formação de plataformas radicais e de compromissos sociais. Dada a atual conjuntura sócio-econômica, com problemas sociais agudos, uma campanha presidencial direta é vista nas Forças Armadas como algo que iria certamente levar à formação de uma pauta radical. Por outro lado, os militares — os das Forças Armadas estrito senso — também sabem que candidatos e processos impopulares são inadequados para enfrentar essa conjuntura e para dar ao governo aquela solidez que eles julgam indispensável para a transição não-traumática e segura. Estas duas condições, isto é, restrições a eleições diretas e indisposição em relação a candidatos e processos impopulares, são os balizamentos de sua estratégia, que consiste em dar apoio a uma sucessão negociada. Elas querem que a sucessão seja um canal de conciliação e que seja, antes de tudo, um processo pelo qual se concilie a mudança com a segurança do processo de "mudar".

Vejam os outros segmentos, que chamei de "coalizão continuísta". Sua posição é aquela idêntica à das Forças Armadas com os sinais invertidos. É claro que essa coalizão também valoriza a ideia de um sólido poder, isto é, que esse poder seja a expressão, tão literal quanto possível, das atuais forças tuteladas do governo, justamente porque essa coalizão tem como base interesses mais exclusivistas, que se desenvolvem à sombra ou à margem da agenda permanente das Forças Armadas. É claro que interesses exclusivistas também se formam no âmbito da corporação militar, interesses propriamente corporativos ou ligados à sua percepção particular do funcionamento político. Mas a transformação de interesses desse tipo é mais acentuada na coalizão continuísta. Ela não é indiferente à agenda mais ampla das Forças Armadas, ligada à transição, mas seu envolvimento com o regime é com o exercício direto das funções de governo e mais intenso e acabou numa perspectiva muito mais dramática. Seu interesse fundamental é, obviamente, assegurar a continuidade de seus objetivos exclusivistas, ora atendidos no governo Figueiredo. E mais: que o sistema político, no futuro, não lance um olhar inquisidor sobre suas práticas políticas e morais do passado e do presente. Portanto, a coalizão continuísta projeta a sua ação justamente no sentido de impedir que o próximo governo faça avançar a abertura política e de assegurar que o novo governo continue dotado de fortes instrumentos de coerção.

Qual é a distribuição de recursos políticos entre esses dois segmentos? A questão é que as Forças Armadas estrito senso não se encontram envolvidas diretamente no processo decisório do governo. A influência dela se exerce pela compreensão tática, que os governantes têm a respeito da origem de seu poder e dos limites, portanto, de sua autonomia. É claro que existem processos de consulta e é claro também que os conceitos e valores dos militares estão hoje muito associados aos conceitos e valores da burocracia ou da tecnocracia civil do Estado. Nesse sentido, o clima dentro do governo tem "representatividade" em relação aos anseios do conjunto da oficialidade ou do conjunto da corporação. Permanece, porém, uma grande diferença entre a representação, neste sentido, e ação do ator, diretamente. A corporação militar tem apenas uma ação por representação e, portanto, a sua capacidade de intervenção política, na atual conjuntura, não é grande. Isso porque a coalizão continuísta é capaz de obstruir os canais pelos quais teriam de passar as demandas da alta hierarquia militar. Esse é um dos grandes recursos de poder da coalizão continuísta. Justamente por lidar com o processo decisório do governo de maneira direta, ela adquire recursos políticos extremamente importantes. Está sob seu controle toda a produção de informações e avaliações em praticamente todos os campos, porque é ela que controla os serviços secretos e, mais do que isso, todas as agências que criam os dados, as noções e os valores que informam o processo decisório. E, portanto, ela tem uma alta capacidade de intervenção política.

Obviamente, existem muitos pontos de contato entre esses dois grandes segmentos. Mas é importante colocar em relevo o exclusivismo dos interesses estratégicos de cada um. Sob esse aspecto, eu tenderia a ter uma atitude pessimista em relação a teses como a da negociação política, justamente em razão da força extraordinária da coalizão continuísta e conservadora, graças à sua capacidade conjuntural de intervenção muito alta. Acho que uma transição democrática mais efetiva requer a neutralização dos recursos políticos desse segmento.

Francisco Weffort — Eu tendo a acredi-

tar que as Forças Armadas, como instituição, estão-se retirando. Vejam bem, não quero dizer que o grupo no poder tenha muita vontade de deixá-lo; é outra coisa. Penso que, de 1974 para cá, esboça-se no Brasil uma linha de desenvolvimento político — chamada inicialmente de *distensão*, depois de *abertura* e, hoje, cada vez mais, de *democratização* —, que caminha no rumo do encerramento do ciclo militar e do estabelecimento de uma democracia. Por certo, o caráter e o alcance dessa democracia são coisas a discutir, mas acho que a linha geral aponta nesse rumo. Isto não impede, evidentemente, que haja setores extremamente fortes, tanto militares quanto civis, resistindo a uma estratégia desse gênero. O que mais me impressiona hoje, no quadro político-militar brasileiro, é a falta de coordenação quanto a objetivos e propósitos, embora um grupo lá permaneça tentando segurar a peteca. Há uma certa descoordenação na maneira como o governo federal enfrenta a questão política fundamental do momento, que é o movimento pelas eleições diretas. Quem é interlocutor do governo federal? Não se sabe. Tem-se notícias de que o presidente da República não renunciou ao papel de principal interlocutor; mas isso não significa que ele esteja praticando a negociação política.

O último gesto do governo federal, no sentido da negociação, foi precisamente a Emenda Figueiredo, que, embora avaliada de maneira extremamente dura por parte das oposições, ainda assim contém elementos de negociação que são importantes. A Emenda Figueiredo, sem ceder no essencial, que é a questão das eleições diretas, na verdade entrega pequenos pedaços a diferentes setores políticos e abre um horizonte de negociação. Não é o horizonte que eu gostaria que fosse aberto, é o horizonte que interessa ao governo e que lhe permite a aplicação da velha tática de setorializar o processo de negociação, para depois agregar, ao nível que lhe interessa, interesses e pressões capazes de viabilizar a transição que ele deseja. Imagino que setores do governo federal estão interessados num continuísmo *stricto sensu*, por exemplo, através da prorrogação do mandato do atual presidente. Mas até nisso vejo uma fórmula ligada a um amplo processo de retirada. Em outras palavras, a transição está acontecendo, embora não ao modo da Espanha, onde havia um chefe de Estado — o rei — cuja legitimidade não era questionada — o que abriu a possibilidade de que as diferentes forças políticas e sociais se sentassem à mesa e negociassem um pacto. Nesse sentido, é difícil vislumbrar qual é o processo de transição, no Brasil. Ela também não está ocorrendo à maneira de Portugal, onde houve uma ruptura institucional. A meu ver, nosso processo de transição se efetiva na medida em que as diferentes forças políticas, ao lado de lá ou do lado de cá, têm como referência os mesmos pontos na discussão. Insisto que há um processo de transição e que há, implicitamente, um processo de negociação, na medida em que todo mundo identifica as mesmas questões.

O procedimento para a eleição para a Presidência da República é o melhor exemplo. Há muitas propostas, mas todo mundo parte de uma questão básica. Da mesma forma, na questão das relações com o FMI também há soluções diferentes, mas todas têm um mesmo ponto de partida. Uma proposta, que era apenas de Celso Furtado e de alguns setores da oposição, de que o Brasil entrasse numa frente de países devedores começa a tornar-se uma alternativa para o governo. A questão da reorganização partidária também está presente para todos os grupos, embora de maneira diversa. Está presente pelo lado da esquerda, na medida em que se reivindica a legalidade dos partidos comunistas, mas também está presente para setores do PDS ou do próprio PMDB, que se sentem aprisionados numa estrutura de partidos, a qual não lhes permite muita liberdade de expressão.

## “A busca da democracia tornou-se realmente um valor”

As questões estão colocadas, mas não existe mesa das negociações. Note-se que a grande divergência política do momento atual é entre fazer uma eleição direta em 84 ou fazê-la em 88. Alguém poderia objetar, com muita razão, que admitir a hipótese da eleição direta em 88 pode ser o mesmo que admitir a sua nunca, dependendo de quem seja eleito para o período de 84 a 88. É uma objeção que não pode ser desprezada, mas eu, francamente, não acredito nela. A crise que aí está, que tem uma enorme implicação econômico-social, que levou um número muito grande de pessoas à conclusão de que a democracia não é só desejável como um valor, mas, também, que ela é necessária imediatamente. É preciso reconhecer que a busca da democracia tornou-se realmente um valor. É fundamental chamar a atenção para esse aspecto da realidade política brasileira: essa convicção nova, sustentada por um número muito grande de pessoas, nos diferentes partidos políticos ou instituições, de que a democracia é um valor. Ou isso, ou não se entende como um país em crise como a que o Brasil vive, com o nível de desemprego de hoje, com o nível de miséria dessa população, etc., não tenha nenhum setor político publicamente posicionado contra essa luta pela democracia.

Concordo com a observação de que o grupo que está no poder não parece imbuído do ânimo de negociar no sentido democrático. Provavelmente, o atual governo vai tentar negociar usando doses pesadas de manipulação. Contudo, em todo jogo, a questão é saber quais são os recursos dos outros parceiros, ou seja, saber dos outros lados o quanto vai haver de força política e de força de opinião pública para reduzir as proporções da manipulação e da coerção. A negociação, em qualquer sistema democrático, sempre pressupõe algum grau de coerção e de manipulação. Nosso problema é que as doses desses ingredientes são muito pesadas. Do lado das oposições, a questão é saber se haverá capacidade de criar estrangulamentos políticos para forçar uma negociação verdadeiramente democrática. Eu não acredito que uma negociação aberta e limpa venha a se dar agora. Se ocorrer, será no estilo da negociação possível numa situação de confronto. Até na guerra se negocia: você negocia a trégua, o uso de determinadas armas, eventualmente a rendição. Alguns setores do governo certamente desejariam que a negociação fosse uma rendição, mas não acredito que eles tenham cacife para impor isso. Até no *establishment* militar existem setores contrários a esta posição. Ou seja, é preciso reconhecer que há um processo de transição.

O que é peculiar, no caso brasileiro, é que não há uma mesa de negociações claramente reconhecida. Não há um chefe de Estado numa posição inquestionável que possa chamar os parceiros, ou que possa reconhecer quem é verdadeiramente interlocutor de um lado e de outro. A representatividade dos interlocutores, de todos os lados, é questionável. Porém, há um processo de transição na medida em que os diferentes protagonistas políticos reconhecem as mesmas questões em pauta: é o desemprego, é a crise, é a necessidade de retomar o desenvolvimento, é o controle da inflação, é a dívida externa, é o relacionamento com o



# jornal da tarde

O SEU CADERNO DE PROGRAMAS E LEITURAS



FMI, etc. O equacionamento dessas questões não é irrelevante para a atual transformação política. A negociação em curso é a negociação possível nesse quadro.

**José Eduardo Faria** — Há um fio condutor nas análises precedentes: trata-se, por um lado, da ideia de que o Estado é poderoso, e, por outro, de que ele se encontra internamente fragmentado, motivo pelo qual seria ingovernável sem um reajuste estrutural dotado de um mínimo de legitimidade. Qual o problema inerente a essa fragmentação? É o risco de que os conflitos de classe hoje existentes no plano social continuem sendo tratados por uma visão meramente estatal, sempre distorcida e impregnada dos valores de disciplina e obediência inerentes às corporações militares. A noção de ordem está presente tanto na coalizão continuísta quanto na alta hierarquia das Forças Armadas.

Tal coalizão tem imposto sua vontade até agora, como ficou claro com imposição do Estado de Emergência durante a votação da emenda Dante de Oliveira. Graças ao poder informal obtido pela ação conjunta entre o SNI, os serviços secretos militares, o Conselho de Segurança Nacional e os militares da reserva situados na administração direta e nas estatais, sem contar o apoio da burocracia civil, esse grupo está numa posição privilegiada na questão sucessória. Esta tem, como se sabe, uma faceta formal e uma faceta informal, onde o presidente aparentemente encontra-se cercado pela coalizão continuísta, refletindo suas contradições e idiossincrasias. O que pensa Figueiredo? O que quer que pense é inspirado, na prática, pelo temor do espantinho da Argentina, ao nível de uma apreciação judicial dos escândalos financeiros e administrativos, e pela disposição do grupo do Planalto de continuar a manipular os próximos presidentes.

Paralelamente a esse poderoso Estado internamente fragmentado, nossa sociedade tornou-se mais complexa em sua estrutura, mais exigente nas suas reivindicações e mais contundente em termos de discurso. O conflito, portanto, se dá entre dois pólos antagonísticos — e a questão sucessória é, por isso, a pedra de toque da abertura. Mais dia menos dia, desde 1974, sabia-se que a tensão iria esbarrar na retórica vazia do Planalto e na praxis antiautoritária da sociedade. A meu ver, é importante identificar o que está por trás de cada um desses pólos. Quem está consciente da necessidade de um projeto de poder articulado e capaz de, no caso da vitória de uma solução negociada, construir um regime legítimo, aberto e eficiente no equacionamento da crise? Como atravessar, sem o risco de traumas não cicatrizáveis e de tentativas de golpes autoritários, o período necessário à maturação de uma gestão realmente reformadora de nossas estruturas sociais e econômicas?

**“Pensar numa volta aos quartéis é uma coisa muito difícil”**

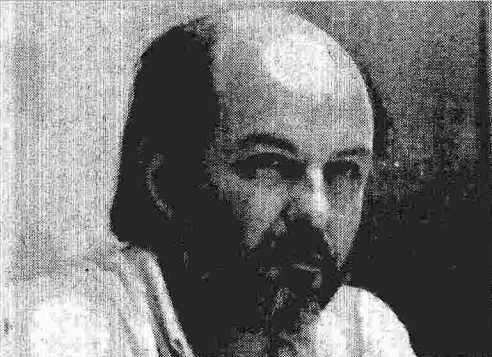
Esse é o meu temor: de que um governo democrático se desgaste a tal ponto no seus primeiros momentos de poder, que não consiga chegar até o final. O poder de mobilização das diretas mostrou que tivemos outra vez uma experiência de frente ampla — e esta, se consegue ser contundente na luta antiautoritária, parece enfrentar dificuldades em fornecer bases hegemônicas para a viabilização de um novo governo. Aí está o caso do presidente Alfonsín, não conseguindo executar o que prometeu em campanha, e enfrentando a curto prazo uma oposição perigosamente desestabilizadora. A democracia é um valor, como disse o Weffort, mas todo valor é um símbolo aberto e indeterminado. A democracia pregada por um partido de oposição não coincide, necessariamente, com a pregada por outro partido oposicionista — uma vez no poder, ambos ou vivem dentro de uma tensa coalizão ou racham. E o perigo é o de que essa tensão e essa rachadura abram caminho para retrocessos autoritários.

Não insisto neste tema por acaso. O próximo presidente, principalmente se eleito de modo legítimo, precisa estar consciente de que ele não poderá atender às expectativas sociais com palavras vazias e promessas vãs. É preciso que ele saiba que a sociedade está conquistando novos instrumentos capazes de institucionalizar sua capacidade de mobilização política e que ela, seguramente, irá usá-los assim que seus anseios não forem correspondidos pelo novo governo.

Os sindicatos têm, por exemplo, um crescente poder de ação dentro da lei. Ainda recentemente a Justiça Federal reconheceu o direito do Sindicato dos Metalúrgicos de poder representar os interesses da categoria não só na Justiça do Trabalho, mas também na Justiça Civil. Ao mesmo tempo, encontra-se na Câmara Federal um projeto destinado a alterar o artigo 6º do Código de Processo Civil, permitindo o acesso aos tribunais pelos diferentes grupos representativos da sociedade e adotando o princípio da representação dos interesses coletivos no âmbito do Judiciário. Tais modificações alteram nossa estrutura jurídica, que ela dará às oposições, aos novos dirigentes, uma efetiva capacidade de lutar contra políticas substanciais. Logo, o Executivo terá maior dificuldade de agir com flexibilidade para implementar suas estratégias, de modo que ou os governantes porventura eleitos com o apoio das oposições se preparam desde já para dialogar com a sociedade em torno de um projeto de poder ou correrão o risco de uma gestão fadada a crises, tensões e divergências em suas bases de sustentação semelhantes às que têm sido vividas pelos governadores do PMDB e do PDT. Um ano após suas respectivas posses, o que eles conseguiram fazer de novo e inédito?

Evidentemente, este problema não se coloca para a coalizão autoritária, mas, sim, para aqueles que desejam a legitimação do poder e a promoção de um amplo conjunto de reformas sociais. Daí a necessidade de se refletir, com os riscos naturais do wishful thinking, no tema do exercício do poder e num projeto capaz de suscitar o respeito e a lealdade das forças em conflito no prazo necessário à sua maturação.

**Walder de Góes** — Concorro com o Weffort em que o retorno ao autoritarismo é inimaginável. Pensar numa volta aos quartéis, todavia, é uma coisa muito difícil. Não há dúvida para tanta gente. A estratégia da corporação militar é de transformação do controle direto em controle indireto. Se você pensar nas opções estratégicas já adotadas, nos processos institucionais monta-



Amaury de Souza



José Eduardo Faria



Luís Aureliano de Andrade

**“O retorno ao autoritarismo é inimaginável”**

dos e na vasta penetração informal do Estado Civil pelos militares, verá que a hipótese do controle indireto é plausível. Será possível dar a ela o nome de “um processo de retirada”? Outro ponto é o problema do dinamismo da sociedade civil, sobretudo na campanha pelas diretas. Qual a autonomia desse dinamismo? Qual é sua autonomia em relação às elites, às nossas elites empresariais, intelectuais, militares, burocráticas e políticas, sobretudo? Em que medida a posição das elites, hoje, é um genuíno apelo aos valores da democracia ou uma desilusão com o autoritarismo? Não seria algo parecido com 1945, quando as elites fizeram uma ampla revisão do sistema político, mas preservaram todo o centralismo do Estado Novo? Por isso é que enfatizei a questão da formação do próximo governo, pois seu caráter dependerá de suas bases políticas e dos compromissos explícitos que ele venha a assumir. A questão crítica é como será constituído esse próximo governo, porque a partir dele começaremos a saber se o “mercado político” vai estimular mais a moeda da coerção, da manipulação, ou da negociação, e a justa medida do uso dessas moedas.

**Bolívar Lamounier** — Há aspectos importantes nessa discussão. O ponto ressaltado pelo Weffort, o da democracia como um valor hoje mais consciente do que em qualquer outro momento de nossa História, é o mais significativo. Essa ideia poderia ser destrinchada em vários componentes e pelo menos quatro dos quais são importantes. 1) acho que existe uma consciência — e talvez isso seja um fato novo — de que a sociedade brasileira não é e não pode ser monolítica. Na esquerda ou na direita, os diferentes grupos hoje percebem que seu projeto de organização política não pode ser imposto como modelo ao resto da sociedade, sem seu consentimento. 2) há o ponto ressaltado pelo Faria, de que o poder precisa ser legítimo processualmente. Ou seja, além da eventual aceitação ou mesmo de simpatia por essa ou aquela figura que ocupa o poder, é cada vez mais clara a exigência de legitimidade no que se refere aos procedimentos pelos quais se chega ao poder e o exerce na sua plenitude. 3) os grupos sociais estão adquirindo uma consciência mais nítida do valor de sua auto-organização para reivindicações. Estamos numa fase de extrema instabilidade nas recompensas que as pessoas auferem pelos seus esforços e então, de repente, elas descobrem que os benefícios e as recompensas que esperam alcançar com seu trabalho não podem mais ser pensados no nível individual. Há uma descoberta do valor da organização política, da ação coletiva para efeito de reivindicação. Todos estes são componentes fundamentais na ideia de democracia. 4) também é fundamental que haja certa autonomia das instituições políticas como tal, basicamente das instituições políticas civis. Em que medida a autonomia do Congresso, dos partidos e dos sindicatos, enquanto instituições, está sendo fortalecida no processo de crise? Não estaria ocorrendo uma erosão desses interlocutores, na medida em que eles são forçados a fazer um jogo de cena, a negociar numa mesa imaginária? Há um fortalecimento das instituições civis ou, ao contrário, um enfraquecimento, na medida em que elas são forçadas a negociar sob os guardas-chuvas da tutela militar e da tutela da comunidade de informações? A tutela cria sempre o sentimento de que nenhuma negociação é para valer, enfraquecendo os interlocutores. Nesse sentido, a transição democrática estaria enfraquecida-se.

Estes pontos me parecem pertinentes para três outras questões que precisam ser levadas em conta. Em primeiro lugar, é que uma transição clara é fundamental para a governabilidade de um governo democrático. Um governo democrático ao qual se chegue por um caminho cinza não tem a mesma autoridade, diante de uma crise social e diante de demandas setoriais, detida por um governo inequivocamente legítimo numa eleição presidencial direta. O segundo ponto é que um governo, num processo efetivo de transição democrática, não pode tolerar sequer a postulação do poder presidencial por candidatos previamente considerados inaceitáveis pela sociedade. Vocês sabem a quem me refiro. Então, na verdade, há dois problemas a se resolver ao mesmo tempo: de um lado, estabelecer procedimentos legítimos e efetivos para se chegar a um governo democrático e, de outro, fazer o possível, dentro desses procedimentos, para impedir que cheguem ao governo pessoas e grupos cuja improbidade já é fato conhecido pela opinião pública. Em terceiro lugar, um problema a ser considerado num prazo mais longo é o reexame da tutela militar sobre a democracia. Sabemos como se formou, desde o Estado Novo, uma concepção do papel da instituição militar em relação à sociedade. Essa concepção pode ser criticada, mas, inevitavelmente, teve eficácia. O que nós estamos perguntando, hoje, é se essa concepção de tutela militar, além de incompatível com a democracia, pode aspirar à mesma eficácia, visto que agora estamos diante de uma sociedade extremamente pluralista. Além de criar problemas para o funcionamento democrático do sistema político, essa concepção tutelar poderá limitar a capacidade desse mesmo sistema político para acomodar conflitos, porque dificulta a sedimentação de alternativas e de hábitos e negociação.

**“A partir do governo Figueiredo, o processo de abertura perde seu script”**

**Luís Aureliano de Andrade** — A partir do governo Figueiredo, o processo de abertura passou por uma mudança bastante significativa. Até então, cada passo era justificado por uma estratégia previamente estabelecida. Havia um princípio e seu conselheiro que definiam as medidas que se

iriam realizar. A partir do governo Figueiredo, sobretudo a partir do episódio do Riocentro, o processo de abertura perde seu script e, por fatores diversos, o próprio núcleo do poder no governo federal que vinha comandando esse processo começa a perder sua capacidade de coordenação. Falta não só um projeto político articulado, mas, também, capacidade do núcleo do poder em comandar o processo tal como vinha sendo feito no governo Geisel. A crise econômica e os próprios desdobramentos da abertura, criando fatos políticos novos, acabaram por criar essa fratura no âmbito do governo, tornando menos previsível o que pode ocorrer.

**“Essa hegemonia civil exige a profissionalização do papel militar”**

A verdade é que a possibilidade da democracia, no Brasil, está intimamente associada à possibilidade de se criar uma hegemonia do poder civil sobre o poder militar. Se nós olharmos no quadro histórico das nações democráticas, veremos que este é o fator fundamental: como fazer com que o cidadão armado renuncie ao uso da força no momento em que ele se considera prejudicado. O estabelecimento, no caso brasileiro, da hegemonia do poder civil sobre o poder militar é quase como colocar o guiso no gato. Nos demais casos, quando os militares passaram a ser mais controláveis politicamente pelas elites civis, esse controle se deu na esteira de um notável enfraquecimento de poder militar: foram casos de guerra, como na Argentina, na Grécia e em Portugal. Nessas transições ocorreu uma perda de legitimidade de toda a ordem sustentada numa estrutura militar. Esse é o grande dilema. Temos de pensar na transição e não apenas nas questões postas à mesa: a escolha do presidente, a política de negociação ou a reorganização partidária, etc. Se olharmos a questão da democratização e, dentro dela, a necessidade de se estabelecer uma hegemonia do poder civil sobre o poder militar, veremos que há razões de sobra para um certo pessimismo. Essa hegemonia civil exige a profissionalização do papel militar, isto é, de guardião da defesa externa. Grande parte da turbulência política gerada pelos militares ocorre em países onde eles têm desemprego institucional, ou seja, onde os militares não têm uma função nítida e clara, intervindo por isso a todo instante na cena política. Não ocorre, por exemplo, em países como os Estados Unidos, onde historicamente os militares sempre tiveram um papel e sempre foram extremamente úteis do ponto de vista da consolidação tanto do regime político como dos avanços econômicos que foram feitos.

Outro fator negativo para a pretensão de uma ordem democrática estável, no País, é a questão da sociedade civil. Não há dúvida de que a campanha pelas eleições diretas mostra que a sociedade é capaz de ser arregimentada. Mas é preciso dar alguns descontos a isso. Em primeiro lugar, o movimento das diretas não teve, a meu ver, a expressão numérica que lhe foi atribuído. Não quero diminuir sua importância, mas isso precisa ser olhado com cuidado, pelo menos quantitativamente. Em segundo lugar, em muitos lugares essa mobilização se fez com o consentimento ou sob os auspícios do próprio poder estadual, sem grandes custos para a sociedade civil. Não foi uma mobilização através do confronto, mas que se fez com o consentimento, sem custos. Se pensarmos no conjunto da sociedade civil, de um modo geral, salvo algumas poucas ilhas de modernidade, como o ABC, vemos como ela é desalentadora no tocante à sua capacidade efetiva de mobilização. É uma sociedade que ainda não tem um nível de politização que lhe permita criar custos a qualquer intervenção militar. Esse é o outro elo do argumento, ou seja, a democracia viria não apenas na medida em que os militares aceitassem novos valores de convivência política e uma nova definição de seu papel, mas, também, na medida em que eles percebessem que suas intervenções no processo político teriam custos, ou seja, que a sociedade civil não ficaria paralisada diante de uma movimentação armada. Não creio que, do lado da sociedade civil, exista capacidade para impor custos à ação repressiva de uma intervenção militar. Há um terceiro fator, ainda mais dramático: a questão social. Um país com graves desigualdades sociais dificilmente pode aspirar a um processo político sem grandes turbulências. O processo político brasileiro é ainda extremamente sujeito a lideranças populistas, que se podem capitalizar em cima das desigualdades existentes. Esse seria um fator que, aos olhos dos militares, que podem não ser mais os tutores diretos, mas estar exercendo um controle à distância, essa mobilização seria um fator de desencadeamento de novas intervenções. Daí meu ceticismo com a possibilidade de democratização a médio prazo.

**José Eduardo Faria** — Você, então, está imaginando que o processo de abertura possa caminhar para uma alteração de fachada do regime, conservando-se a substância da ação política e das relações de poder?

**Luís Aureliano de Andrade** — Também não acredito na hipótese do retrocesso, com os tanques nas ruas: já não há suporte para isso no conjunto de forças que constituem o sistema e também não há, do ponto de vista da própria sociedade, simpatia para esse tipo de ação. Hoje, o núcleo do poder está totalmente ilhado. Portanto, não haveria condições para um retrocesso truculento. Mas isto não quer dizer que esteja superado o quadro de intervenção e de tutela: pode ocorrer, simplesmente, que se alterem as regras, a fachada e os métodos. A única alternativa viável para este desfecho é uma mudança no quadro atual, através de uma

sucessão com um candidato palatável às oposições e também aos setores governamentais. Um ganho real que esse tipo de candidato poderia trazer, a médio prazo, é que teríamos a Presidência sob comando de um civil. Ao cabo de algum tempo, se esse civil tivesse um compromisso sério com um ideário democrático, seria possível imaginar-se uma espécie de aprendizagem democrática dos militares, através do convívio com novos hábitos e práticas no poder.

A meu ver, a probabilidade maior é de uma institucionalização do autoritarismo sob uma capa nova, uma fachada diferente, atenuada, calcada nos controles indiretos, em lugar da intervenção truculenta e imediatista com que estamos familiarizados.

**Bolívar Lamounier** — Estamos descrevendo um sistema fragmentado, uma situação em que ninguém realmente tem certeza de poder controlar os desdobramentos. Ora, essa é uma condição paradigmática favorável a que a negociação se torne mais séria, uma hipótese ainda não considerada. No outro extremo, e pela mesma razão, penso que não podemos descartar totalmente a hipótese de retrocesso, se ela for compreendida de uma outra maneira. O que nós estamos descartando é a possibilidade do êxito do retrocesso. Mas a tentativa de se impor retrocesso, isso nós não podemos descartar. Em termos de truculência militar, as medidas de emergência e a censura aos meios de comunicação, em abril deste ano, foram mais contundentes que o próprio “pacote de abril” de 1977. O decreto de emergência para impedir ou dificultar a aprovação da emenda foi comparativamente mais violento, pois atingiu a sociedade inteira. Há um outro ponto nesta questão do retrocesso. Assim como a abertura, o retrocesso também pode ser gradual e seguro. Pode resultar de desdobramentos vários, um tanto caleidoscópicos, que levem à reglutinação de uma coalizão pelo retrocesso. A agenda política, neste momento, é bastante simples, pois está centrada nas eleições diretas. Dependendo do encaminhamento da agenda negociadora, pode ocorrer uma diferenciação de posições com tal velocidade que restaure condições para a intervenção militar, ou que aumente as chances de êxito da coalizão continuísta.

**Francisco Weffort** — O tom está mais pessimista do que eu gostaria. Se nós estabelecemos como critério para a transição para a democracia a hegemonia do poder civil sobre o poder militar, é claro, só podemos ser pessimistas. Talvez o Walder tenha razão ao dizer que estamos apenas passando de um regime de tutela militar direta para o regime de tutela indireta. Mas permaneço otimista. A verdade é que o pessimismo e o otimismo, na avaliação da conjuntura, dependem um pouco dos objetivos que a gente acredita possíveis a curto, médio ou a longo prazo. A meu ver, já é um progresso político passarmos de uma situação de tutela direta para uma situação de tutela indireta. O que não significa, evidentemente, que qualquer de nós endosse tutela alguma. Mas é um progresso, vamos reconhecer isso, no sentido democrático. Eu diria mais: um regime de tutela militar indireta será algo muito distinto daquilo que se costuma chamar de um regime de Executivo forte. Por quê? Porque esses mecanismos institucionais são mecanismos que pertencem ao corpo do Executivo. Suponhamos que um presidente civil legitimamente escolhido esteja no comando desse aparato. Aí nós teremos mais um aparato militar direto, teremos o aparato de um poder civil, embora de um poder civil ainda extremamente forte.

**“A grande dificuldade é que nós buscamos um dia D da democracia”**

**Walder de Góes** — Justamente por isso é que a questão central, a meu ver, é a da formação do próximo governo, como a condição para essa “civilização do poder”.

**Francisco Weffort** — De acordo. Mas eu gostaria de chegar a um ponto colocado pelo Faria. Ele constata uma ausência de projetos de poder. Com isso, não estou de acordo. A meu ver, existem projetos de poder articulados. A grande dificuldade é que nós buscamos aquilo que o Bolívar pedia e que de fato não existe no Brasil: um dia D da Democracia, uma data. Nós não tivemos a morte do Franco, nem a Guerra das Malvinas, nenhum acontecimento dramático que nos permita dizer que “estamos num novo começo”. Mesmo assim, que é que garante que a Argentina não vai preservar uma enormidade de coisas de um poder altamente centralizado, que vem do período anterior, apesar de toda a revisão que está fazendo? Da Espanha nós já sabemos, o processo de transição, apesar do papel desempenhado pelo rei e da morte do Franco, conservou as estruturas de um Estado supercentralizado, que agora passam a ser um tremendo problema na democracia espanhola. Nós também teremos, com certeza, os nossos problemas. Este ponto, levantado pelo Bolívar, também tem um contato importante com a observação feita pelo Faria. Como não temos essa grande data, as coisas estão acontecendo debaixo do nosso nariz e, às vezes, temos dificuldade de reconhecê-las. É isso que eu pergunto: há, ou não, um projeto de poder na base do diálogo, na base da conciliação, na base do entendimento, embora nitidamente restringido ao âmbito das elites políticas, protagonizado, entre outros, pelo governador Tancredo Neves? É claro que há. Vamos dizer, então, que esse projeto não tem viabilidade? Tem uma enorme viabilidade política, ainda que não seja ele o presidente civil de que se fala. É uma fórmula política extremamente atraente para setores liberais importantes, dentro do jogo político brasileiro. O que eles preconizam é o seguinte: “Vamos segurar as pontas da crise econômica, vamos chegar a

uma fórmula consensual que permita a eleição de um presidente civil, com um mínimo de sustentação política, e permita a esse presidente encaminhar o processo de democratização alguns passos mais”. Essa fórmula pode ter vários representantes: pode ser o Tancredo, o Aureliano Chaves ou algum outro.

**José Eduardo Faria** — Qualquer que seja o presidente, nessa solução por você mencionada, ele certamente terá de tomar decisões que explodirão a coalizão de forças que o elegeu. É aí, então, que o projeto de poder articulado informalmente corre o risco de não ser viabilizado, isto é, de não ser capaz de se sustentar por si próprio. E o risco, pois, é de uma turbulência em condições de abrir caminho para o retorno ao passado autoritário.

**Bolívar Lamounier** — Pelo menos agora temos um retrato-falado de políticos capazes de administrar a transição, o que é um fato importante.

**Francisco Weffort** — Claro. Vamos considerar irrelevante o discurso do governador de São Paulo, pedindo uma candidatura ambivalente e competitiva das oposições, para disputar nas indiretas e nas diretas? Ora, isso já é uma maneira de dar mais um passo nesse rumo. Existe uma fórmula de poder aí. Excluindo o continuísmo típico, que seria uma fórmula do tipo Maluf ou Andreazza, a ser sustentada pelo atual aparato do poder, existe uma outra fórmula: o restabelecimento das diretas não em 84, mas em 88.

O Luís Aureliano acredita que, por este caminho, teríamos o ressurgimento do populismo. Talvez sim, talvez não. Eu insisto, portanto, que a gente pode ser pessimista ou otimista em referência a dois pontos: o ponto de onde partimos e o ponto a que pretendemos chegar. Se exaltarmos demais o ponto a que queremos chegar, só podemos ser pessimistas; de acordo. Mas eu gostaria de lembrar o ponto de onde partimos. Partindo de onde partimos...

**Luís Aureliano de Andrade** — ... podemos chegar a esse mesmo ponto. Daí meu pessimismo.

**“O problema das desigualdades gerará turbulências”**

**Francisco Weffort** — Não. Partindo de onde partimos, eu acho que caminhamos um pouco e as perspectivas são de que, algum dia, esses pontos a que queremos chegar poderão ser focalizados por nós de uma maneira mais concreta. O Bolívar diz: “A truculência de 84 foi maior que a truculência de 77”. Eu me permito divergir. Aquilo foi um cenário. É claro que o general Newton Cruz fez enormidades... Mas, em termos de eficácia política, o que aconteceu? As diretas foram derrotadas pela articulação do Marchezan, não pela truculência do Newton Cruz. O Marchezan — eu disse isto e fui criticado no meu partido — articulou habilmente a derrota da emenda, assegurando a ausência da turma do PSD. Outro aspecto a ser mencionado: é claro que a mobilização pelas diretas foi obtida em grande parte pelo empenho dos governos estaduais. Mas, na verdade, as manifestações transcenderam os próprios governadores. Sei que o Brasil não conta com uma sociedade aberta e articulada, mas se não existisse um mínimo de chance para o avanço democrático nós não estaríamos aqui discutindo, não é mesmo? Também não estaríamos preocupados com a transição. Por que, então, se fez o início de 25 de janeiro na praça da Sé? Porque os organizadores tinham medo de que não comparecessem sequer de 30 a 40 mil pessoas. Quanto à questão do poder militar, não conheço sociedade alguma que seja tão articulada a ponto de confrontar uma intervenção. Convém lembrar a ocupação da França durante a 2ª Guerra ou a da Polónia, onde houve uma fantástica mobilização popular, mas que se acabou submetendo à lei marcial de 1981. Por fim, temos uma negociação sobre a mesa, embora seja uma mesa imaginária...

**Bolívar Lamounier** — Há uma negociação implícita numa mesa imaginária.

**José Eduardo Faria** — Vamos: imaginar que, apesar de todas as dificuldades, a negociação se torne explícita e que produza um novo pacto. Seja este qual for, ele terá de ser implementado e executado. Por quem? Como, num pequeno espaço de tempo, submeter a uma vontade política nova um aparelho de Estado fragmentado e dividido por grupos de tecnocratas e de militares fora da caserna que, nestes últimos 20 anos, se tornaram uma espécie de senhores feudais de segmentos estratégicos da máquina administrativa? Minha dúvida, pois, diz respeito à operacionalidade de um governo cuja legitimidade esteja associada à desmontagem de uma engrenagem viciada e envolvida por grupos que não hesitarão um minuto em resistir a um controle de suas atividades e a uma avaliação judicial. Insisto nesse aspecto — o esvaziamento do Judiciário continua pois o contencioso administrativo permite a sobrevivência desses grupos no âmbito dos anéis burocráticos. Em que medida um presidente legitimado por uma negociação terá força suficiente para não ser cooptado ou confrontado por esse pessoal?

**Walder de Góes** — No fundo, os responsáveis pela crise atual.

**José Eduardo Faria** — Exatamente. Os novos dirigentes terão, pela frente, duas ordens de complexidade, uma estrutural e outra conjuntural. No entanto, para implementarem seu projeto de poder, terão de promover uma reforma administrativa e recuperar a capacidade de resposta da máquina estatal. Logo, haverá um prazo mínimo para a maturação tanto de seu projeto de poder quanto para a própria consolidação de um novo contrato social. Evidentemente, é nesse prazo que surgem as contestações, as reivindicações exacerbadas e as resistências antidemocráticas, abrindo caminho para que os diferentes grupos encastelados no poder viçiem e corrompam a ordem emergente a partir de uma solução negociada.

**Luís Aureliano de Andrade** — Alguém tipo de negociação forçosamente terá de sair, mesmo que não seja o acordo clássico, com os interlocutores encontrando-se publicamente e estabelecendo uma agenda comum. O que me preocupa é o resultado disso. Teremos realmente uma sociedade diferente? O problema das desigualdades, como disse antes, certamente gerará turbulências. Mesmo porque não é possível, num país com a complexidade do Brasil, fazer um jogo coordenado de todo mundo, de





modo a atender o conjunto de aspirações. Com o represamento destes últimos 20 anos, agravado agora pela crise, é possível a ocorrência de um grande aumento de reivindicações, como disse o Faria, as quais podem ser capitalizadas por lideranças populistas. A elas, com certeza, somar-se-ão as naturais resistências dos grupos e das lideranças que estão sendo desalojadas dos centros decisórios. É por essa razão que a negociação se caracteriza pela tensão, pela instabilidade e pelo risco de não dar certo.

De qualquer modo, que houve um grande avanço, isso é inegável. O problema é saber o que vem pela frente, sem minimizar a importância das diretas ou a existência de uma classe operária nova, apesar de reduzi-la e concentrada em certas áreas, como o ABC e Campinas. Tais mudanças são significativas, é certo, mas é igualmente correto que elas ainda não representam um custo para a intervenção militar. Não penso numa situação-limite, é óbvio, mas a verdade é que todos os que desejam manter-se no poder com o emprego da violência estão fazendo seus cálculos de custo/benefício. A utilidade do poder não é infinita e ilimitada. Há um momento em que eles terão de parar e pensar se vale a pena colocar tanques na rua e governar com uma repressão total, durante muito tempo. Como intimidar toda uma população permanente e regularmente?

**Amaury de Souza** — Minha opinião está muito próxima da que foi apresentada pelo Faria, ou seja, a dúvida na capacidade do Estado brasileiro responder positivamente a um novo pacto resultante da negociação. Parece-me que o aparelho estatal encontra-se, após estas duas décadas, bastante atrasado frente às mudanças sociais deflagradas pelo crescimento econômico. Não me

refiro apenas ao surgimento de grupos sociais novos, mas, também, ao tamanho do País de hoje e à complexidade que lhe é inerente. Como essas transformações não são somente quantitativas, mas, também, qualitativas, esse aumento de complexidade vai exigir, mais cedo ou mais tarde, uma nova rodada de reformas institucionais profundas. Todas nossas instituições, sobretudo as que estão voltadas para o funcionamento da economia, tanto no setor estatizado quanto no que resta do setor de mercado, estão defasadas, exigindo por isso reformas inadiáveis. Difícilmente, a meu ver, o Estado brasileiro poderá resistir à implementação de mudanças profundas, que acabarão por atingir a estrutura de poder montada ao longo dos últimos 20 anos, especialmente nos seus escalões mais baixos.

Penso, por exemplo, nos efeitos previsíveis de uma reforma tributária, por mais leve que ela seja. Qualquer alteração na distribuição de recursos arrecadados entre os Municípios, Estados e a União levará necessariamente a uma alteração na distribuição de poder dentro do aparelho estatal. E quem deseja perder poder já adquirido? O mesmo ocorre no que se refere à política salarial. Nos últimos quatro a cinco anos, assistimos a vários experimentos sobre um dos problemas centrais da economia pós-64: como se livrar da existência de uma política salarial uniforme e centralizada, que requer um amplo esquema de indexação? Como atender à enorme diversidade de situações existentes na área urbana e que, crescentemente, afeta a própria área rural? Mudanças tributárias e salariais, por isso, têm repercussões políticas, pois envolvem todo o núcleo central dos mecanismos de planejamento e gestão econômica. A própria tentativa de esvaziamento do Judiciário a que o Faria se referiu é outro exemplo

**“Houve um grande avanço. O problema é saber o que vem pela frente, sem minimizar a importância das diretas ou a existência de uma classe operária nova.”**

importante. Não deixa de ser sintomático que a emenda Figueiredo proponha a criação de contenciosos administrativos, tentando subtrair do aparato judicial a decisão de problemas pendentes. Solução idêntica se quis dar no caso dos conflitos trabalhistas, com a criação de uma estrutura paralela de mediação e arbitragem, à margem da Justiça do Trabalho. Eis aí, pois, indicações de que o descompasso institucional instaurado pelo autoritarismo é de natureza mais profunda do que a mera preservação de uma tutela militar levaria a crer. O descompasso se deve ao fato de que as instituições jurídicas, em quase todas as áreas, com pouquíssimas exceções nas áreas de regulação econômica, estão fortemente defasadas em relação às transformações sociais. A sociedade, assim, cada vez mais passa a fazer sua auto-regulação à margem das instituições jurídicas existentes. Não vejo, portanto, as ações do Estado apenas como respostas a uma transformação que eventualmente ocorra na cúpula do Executivo, a partir da negociação. Com ou sem essa

negociação, o que eu gostaria de enfatizar é que serão necessárias mudanças institucionais que, necessariamente, atingirão a atual distribuição de poder burocrático e técnico dentro do aparelho de Estado.

**Walder de Góes** — Há, aqui, dois conceitos distintos de negociação. É preciso explicitá-los. Uma coisa é esse entrelaço da dinâmica social com a dinâmica do Estado, que força uma negociação real e informal. Outra coisa é uma negociação explícita e formal, cujo objetivo passa a ser, a curto prazo, a formação do novo governo e de uma nova ordem jurídica, como se referiram o Faria e o Amaury. É importante distinguir esses dois conceitos, pois é nesse novo governo e nesse arranjo de curto prazo que as mudanças mais amplas irão ou não se concretizar. É necessário que um novo governo tenha condições de exprimir as aspirações nacionais e de abrigar a nova complexidade do País. Começando pelo fim, certamente inflacionaremos as expectativas. As condições reais do País de hoje parecem indicar menos a negociação e mais um confronto e a consequente imposição de uma ordem autoritária. Basta se pensar no elevado grau de fragmentação a que estamos chegando. Não se negocia sem um mínimo de coordenação nos diferentes grupos que têm de se sentar à mesa. No entanto, nem há coordenação e interlocutores nas Forças Armadas e no próprio governo, nem há uma linha hegemônica de ação nas oposições. Nossa elite parlamentar, ao que tudo indica, ainda é clientelística em sua essência. Mesmo as elites empresariais estão desiludidas com o autoritarismo, ou menos com esse autoritarismo que aí está. Portanto, as candidaturas criadas e produzidas, em todos os partidos, nos últimos meses, sedimentaram interesses antagônicos e excludentes. Interrompê-las agora significaria barrar os interesses

de muita gente. E isso, evidentemente, dificulta a negociação.

**Bolívar Lamounier** — Dificultar, no entanto, não significa criar obstáculos intransponíveis.

**José Eduardo Faria** — Daí a importância de se ver, no próximo debate, quais as implicações políticas da crise econômica e da crise social. Mesmo porque, se é certo que a praxis política não se limita à luta pelo poder do Estado, e através dele, a sociedade brasileira ainda tem o poder de não se conformar com um jogo de elites.

## Os debatedores

**Bolívar Lamounier** é PhD em política pela Universidade da Califórnia (UCLA) e professor da PUC e da USP, além de criador e diretor do Idesp (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo).

**Francisco Weffort** é professor-adjunto de Ciência Política na USP e pesquisador do Centro de Estudos e de Cultura Contemporânea (Cedec), além de membro da Executiva nacional do Partido dos Trabalhadores.

**Walder de Góes** é professor da Universidade de Brasília e autor de O Brasil do general Geisel, além de atuar profissionalmente como analista de risco político.

**Luís Aureliano de Andrade** é PhD em política pela Universidade de Michigan e professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Amaury de Souza** é PhD em política pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e pesquisador do Wilson Center, órgão do Smithsonian Institute.

**José Eduardo Faria** é professor-adjunto do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da USP, "Honorary Fellow" da University of Wisconsin e autor de Retórica Política e Ideologia Democrática, editado recentemente pela editora Graal.